

Revista Eutomia - Ano III - Volume 2 Dezembro/2010

Literatura Africana Antiga

Essa ilustre desconhecida

Prof. Dr. José Maria Gomes de Souza Neto¹ (UPE)
Mestrando Marcos José de Melo² (UFPB)

Resumo:

Este artigo introduz a discussão da presença africana na cultura brasileira e americana, em especial de algumas referências à Antiguidade deste continente e de como estas referências são apropriadas e elaboradas na atualidade.

Palavras-chave: Literatura Africana, História Antiga, Rastafarismo.

Abstract:

This paper presents deals with African presence in both Brazilian and American cultures, most especially of some references to African Antiquity, and the way these references are approached and recreated nowadays.

Keywords: African Literature, Ancient History, Rastafari movement.

Introdução

Em tempos recentes, muito se tem falado e escrito, no meio acadêmico e fora dele, sobre a diáspora africana e suas repercussões no Brasil, inclusive com recentes tomadas de medidas legais em favor de uma (tardia, mas bem-vinda) valorização da assim chamada cultura de raízes africanas. Em que pese ao fato de, na forma ampla como tem se desenvolvido nos últimos anos, esta ser uma discussão recente e de certo modo incipiente, percebe-se que é quase totalmente restrita a nichos específicos das heranças africanas no Brasil e nas Américas, como o caso das manifestações religiosas e culturais com elementos oriundos do Golfo da Guiné: o candomblé, o maracatu, o culto aos Orixás são apenas alguns exemplos. Neste artigo, a pretensão é trazer à luz elementos culturais africanos menos conhecidos – especificamente, um exemplo de sua literatura antiga –, mas não menos influentes ou com menor representação em nossa sociedade. Grande parte do que se tem falado a respeito da África visando a desmistificá-la acaba por exercer, infelizmente, o efeito contrário de apenas reforçar alguns dos estereótipos de que ela é alvo, como a ideia de que foi e é um continente eminentemente ágrafo e onde há a predominância de religiões “tribais”, que o contato com a escrita e o Cristianismo, como símbolos de um suposto

avanço civilizacional, só teria ocorrido a partir das relações com os europeus no contexto da expansão ultramarina europeia.

A discussão acerca de ‘superioridade civilizacional’, acreditamos, já está vencida, e não se pretende aqui traçar um panorama de aspectos nos quais o continente africano pode ser equiparado a qualquer outro, visando a enaltecê-lo, mas simplesmente apresentar elementos pouco discutidos de sua cultura e assim ressaltar sua diversidade, contribuindo para libertá-lo da jaula conceitual a que muitas vezes os esquemas acadêmicos o prendem. Assim, esse artigo tratará de literatura africana antiga e de como esta repercute, de maneira quase desconhecida, nas sociedades contemporâneas incluídas no movimento da diáspora africana.

A Etiópia antiga e o Kebra Nagast

O grande helenista Jean-Pierre Vernant ensinou que os textos escritos conhecidos por nós genericamente como “mitologia” constituem o fim de um longo percurso que esses relatos perfizeram desde sua constituição ‘no fim dos tempos’, percurso em que se estabeleceram, foram transmitidos e conservados (VERNANT, 2000, p. 10). Muito embora sua observação se refira aos ciclos mitológicos oriundos da Grécia clássica, há muito objetos de estudos exaustivos, certamente pode ser aplicada a outro ciclo legendário antigo que tem alcance em nossa contemporaneidade da mesma forma que o grego. Com isso, queremos dizer que, assim como a mitologia grega, este existe na forma escrita e sobrevive nas práticas culturais de determinados grupos sociais.

Referimos-nos ao ciclo de lendas que envolvem a assim chamada “Rainha de Sabá”, que tem expressões em várias culturas da região do Mediterrâneo oriental antigo, entre judeus, árabes/muçulmanos, cristãos e etíopes, narrativa que possui também versões por escrito em cada uma dessas culturas. O nosso foco aqui é especificamente a sociedade africana que agregou à sua herança cultural a lenda da Rainha de Sabá: a sociedade etíope. Nosso estudo é centrado em uma fonte literária etíope chamada **Kebra Nagast**.

Como resume o historiador Mario Curtis Giordani, “a história da Etiópia apresenta algumas características próprias que a diferenciam da história de outros povos africanos: documentação escrita, influência de uma tradição lendária, situação geográfica especial” (GIORDANI, 1985, p. 81). Trata-se de um dos primeiros Estados a adotar o Cristianismo como religião oficial na História, dentre os mais longevos que existiram, e única nação africana a não ser colonizada por europeus. A escolha em se trabalhar com a Etiópia não consiste em menosprezar as manifestações religiosas e culturais tradicionais atribuídas à África, mas, em vez disso, como já

dissemos, trata-se de um esforço em trazer à tona a – para muitos surpreendente – diversidade do continente.

Temos, assim, o **Kebra Nagast**, termo que, em Geês, idioma litúrgico da Etiópia no qual foi escrito, significa “Glória dos Reis”, obra que faz parte de um imenso *corpus* literário etíope. A importância do **Kebra Nagast**, diante da profusão de outras obras, a maioria sequer traduzida para outros idiomas, advém do fato de ele constituir muito mais que um simples texto literário, mas sim – tal como a Torá para os judeus e o Corão para os muçulmanos – aquilo que o historiador inglês Edward Ullendorff, que analisa em profundidade a Etiópia antiga, chama de “repositório dos sentimentos religiosos e nacionais etíopes” (ULLENDORFF, 1968, p. 75). Trata-se de uma crônica que se afirma histórica dos reis etíopes, remontando sua origem à lenda de Sabá. A própria narrativa central, a alma e motivo condutor do **Kebra Nagast** é o ciclo da rainha de Sabá e sua visita a Salomão, baseado no relato bíblico encontrado em 1 Reis 10, versículos 1 a 13 e 2 Crônicas 9, versículos 1 a 12. De acordo com tais passagens, a rainha de Sabá, cuja aparição no relato bíblico não é precedida de qualquer explicação, tomou conhecimento da impressionante sabedoria do rei Salomão, de Israel, e empreendeu uma longa viagem a fim de conhecê-lo e colocar à prova tal sabedoria, portando uma quantidade enorme de presentes. Uma vez em Israel,

Salomão a esclareceu sobre todas as suas perguntas e nada houve por demais obscuro para ele, que não pudesse solucionar. Quando a rainha de Sabá viu toda a sabedoria de Salomão [...], perdeu o fôlego ficou fora de si e disse ao rei: “Realmente era verdade tudo quanto ouvi na minha terra a respeito de ti e da tua sabedoria!” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1 Reis 10: 3-7)

O relato encerra com uma generosa troca de presentes entre os monarcas e a volta da rainha de Sabá para seu reino. Esse é apenas o núcleo da lenda de Sabá que, como dissemos, povoa o imaginário de diversos povos antigos³. Entre os próprios judeus, por exemplo, sabemos que circulavam mais informações a seu respeito, uma vez que o historiador judeu-romano Flávio Josefo, no primeiro século de nossa era comum, registrou no Livro Oitavo de suas *Antiguidades Judaicas* mais detalhes sobre a visita, como o nome atribuído pelos judeus à rainha, não citado na Bíblia, que seria Nicolís, e o fato de seu reino ser a Etiópia e o Egito, não Sabá (JOSEFO, 1990, p. 185).

De que modo a Etiópia incorporou esse mito? O **Kebra Nagast** retoma a narrativa da Bíblia e a expande, acrescentando informações que aquele relato não faz referência. De fato, muito embora a discussão historiográfica seja grande em torno da localização de Sabá, que poderia se situar tanto na costa iemenita do Mar Vermelho – sendo a rainha, portanto, árabe – quanto na costa africana, isto é, na Etiópia, o **Kebra Nagast** toma como ponto de partida

incontestemente a rainha de Sabá como etíope. De fato, a proposta do **Kebra Nagast** é contar a origem da dinastia que governava a Etiópia à época de sua escrita – século XIII – e legitimar o seu poder. Assim, partindo do relato bíblico, podemos dizer que o **Kebra Nagast** o aprofunda: de acordo com ele, a rainha etíope – chamada Makeda – tomou conhecimento, através de agentes comerciais, da sabedoria de Salomão e empreendeu uma viagem nos mesmos moldes da que a Bíblia relata. A diferença começa quando a rainha se propõe a partir, pois, além de ela se converter à fé israelita, o rei Salomão traça um plano para tomá-la como esposa e, de fato, recorrendo a um estratagema, consegue fazer com que a rainha virgem se deite com ele. O **Kebra Nagast** diz que, após isso, o rei tem um sonho profético, em que “apareceu em seu sonho um sol brilhante, e ele desceu dos céus e espalhou grande esplendor sobre Israel. E quando havia terminado, ele voou a Etiópia e brilhou com grande luminosidade para sempre, pois ele desejava morar lá” (BROOKS, 2001, p. 32). A rainha Makeda retorna a seu reino esperando um filho do rei Salomão. Esse filho, chamado Menelik, ao tornar-se adulto, refaz o caminho da mãe, visitando também o pai, que, por sua vez, insta com ele para que assuma o trono de Israel. Como Menelik recusa, Salomão ordena que ele seja feito rei da Etiópia, quebrando a tradição de governantes mulheres, e para tanto envia primogênitos dos nobres de Israel como corte para o reino gêmeo que Israel passará a ter então. Os jovens enviados, inconformados com a incumbência que é, na prática, um exílio, arquitetam um plano em que entra em cena o objeto que é o tema central do **Kebra Nagast**: a Arca da Aliança, chamada no texto de Zion (Sião). O plano é roubar do templo de Jerusalém e levar consigo para a Etiópia o signo-mor do favor e da presença de Deus na terra. De fato, a Arca do Pacto é o objeto-símbolo central do **Kebra Nagast**, corporificando a transferência do favor de Deus dos judeus aos etíopes (prefigurada no sonho de Salomão), sendo a garantia da legitimidade da dinastia de reis descendentes de Salomão, com uma descrição totalmente baseada no relato da Bíblia. A Etiópia seria governada, portanto, de acordo com o relato do **Kebra Nagast**, por uma dinastia de reis, iniciada com Menelik, descendentes do rei Salomão, e seria a nação fiel depositária do objeto mais sagrado que já existiu. Ao mesmo tempo, Israel perdera o favor de Deus, como é relatado no próprio **Kebra Nagast**:

Portanto, quando os judeus O virem, eles serão envergonhados, e serão condenados ao fogo duradouro. Mas nós que acreditamos, seremos colocados no trono e regozijaremos [...]. Depois que os judeus crucificaram o Salvador do mundo, eles foram espalhados, e seu reino foi destruído e foram subjugados para sempre. (BROOKS, 2001, p. 128).

Qualquer estranhamento em relação aos possíveis anacronismos (como a referência à crucificação de Cristo como motivo para a transferência da Arca do Pacto de Jerusalém para Aksum, a capital religiosa etíope) do **Kebra Nagast** é dissipado quando se leva em conta que,

conforme Ullendorff ressalta, “os componentes principais da sua história tiveram um período muito longo de gestação na Etiópia e em outros lugares, e possuem todos os elementos de uma confluência gigantesca de ciclos legendários” (ULLENDORFF, 1968, p. 141). Ou seja, o **Kebra Nagast** constitui um exemplo de fonte literária resultante do assentamento por escrito de uma tradição repassada oralmente por um longo tempo, no qual sofreu as mais diversas influências, mas fruto principalmente da ação de três elementos: memória, oralidade e tradição, estando constantemente aberto, portanto, à renovação e inovação.

Por isso, Jean-Pierre Vernant afirma que, “quando o mitólogo especialista em Antiguidade encontra uma lenda já fossilizada em textos literários ou eruditos [...], se quiser decifrá-la corretamente terá que alargar sua pesquisa, passo a passo”, uma vez que “o que interessa ao historiador [...] é o pano de fundo intelectual evidenciado pelo fio da narração, o quadro em que está tecido” (VERNANT, 2000, p. 13). Uma compreensão mais global do **Kebra Nagast** pode ser alcançada levando em conta a importância da Etiópia no contexto do mundo mediterrâneo oriental antigo, e esta, por sua vez, pode ser percebida ao se analisarem a imensa quantidade de citações feita a esse povo em diversos escritos antigos de outros povos, a exemplo dos gregos Heródoto e Homero, pra ficar apenas em dois exemplos, assim como o Antigo Testamento, que está repleto de citações a esse povo. A despeito da forma como hoje é entendida a África no contexto internacional, esses escritos invariavelmente se referem à Etiópia (utilizando os diversos nomes pelos quais foi chamada, como Kush ou Axum) com reverência, quando não temor explícito.

Tais citações, quando aliadas às evidências apontadas pela historiografia e pela arqueologia, assim como por diversas outras fontes da época, não bíblicas, como as fontes gregas já citadas, mostram que é plenamente factível a elaboração de uma História da África muito diferente daquela perpetuada por interpretações eurocêntricas da história, que insistiram e insistem em negar até mesmo historicidade ao continente africano. Tais evidências em artefatos culturais apenas corroboram o que os artefatos arqueológicos não dão margem à dúvida: o fato de que a Etiópia, no início da era cristã, “era uma potência mercantil de primeiro plano, o que se evidencia pela cunhagem de moeda própria em ouro, prata ou cobre” (KOBISHANOV, 1983, p. 390). A cunhagem de moedas, especialmente de ouro, no mundo antigo, era um ato não só econômico, mas essencialmente político: “Através dela o Estado de Axum proclamava ao mundo sua independência e prosperidade, o nome de seus monarcas e as divisas do reino.” Tanto que, por volta do ano 270, na Pérsia, o profeta Mani descreveu Axum em seu *Kephalaia* como “um dos quatro maiores impérios do mundo” (KOBISHANOV, 1983, p. 386). De fato, as evidências mostram que a Etiópia ocupou a hegemonia mundial das grandes rotas de comércio que tinham

como centro a região do corno da África e ligavam desde Bizâncio à Índia. Escavações arqueológicas em vários sítios etíopes revelaram numerosos objetos de origem não-etíope, que vão desde estatuetas de Buda à moedas de prata romanas. As influências culturais de egípcios, árabes, judeus, sírios, budistas, armênios, gregos, cristãos bizantinos e outros foram assimilados pela cultura etíope e transformados em algo próprio. Como ressalta Kobishanov,

O reino axumita foi muito mais do que uma grande potência comercial nas rotas que uniam o mundo romano à Índia e a Arábia ao nordeste da África; foi também um importante centro de difusão cultural, exercendo sua influência ao longo dessas rotas e tendo, ao mesmo tempo, numerosos traços de sua cultura determinados pela influência de muitos países de antiga civilização do nordeste da África e do sul da Arábia, sob seu domínio. (KOBISHANOV, 1983, p. 405).

Compreende-se melhor a partir de tais informações a visão que tinham outros povos dos etíopes, assim como o quadro que eles pintaram de si mesmo no século XIII, quando colocaram por escrito o ciclo de lendas sobre a origem de seu Estado de base teocrática no **Kebra Nagast**.

O Brasil e o Rastafarismo

O ensino de história antiga, ao longo dos tempos, constitui-se numa preocupação para os docentes brasileiros, levando em conta a escassez de pesquisas nacionais sobre temas relacionados e à própria falta de interesse pelo tema. Pedro Paulo Funari afirma que tal quadro sofreu nítida e significativa mudança na última década, com a formação de professores para o ensino superior capacitados nesta área, a expansão das pesquisas acadêmicas (nacionais) sobre o mundo antigo, com muitas universidades tendo em seus quadros professores mestres e doutores com pesquisa própria sobre a Antiguidade, e uma busca de renovação de sua inserção na sala de aula (FUNARI, 2005, p. 95). É exatamente nesse quadro atual de renovação da história antiga que o presente trabalho procura situar a valorização da antiguidade africana.

Isso porque tal tendência de renovação da história antiga pode ser sintetizada na seguinte fórmula: continuam-se valorizando os temas tradicionais da história antiga, que são a base para se estabelecer relações entre a sociedade contemporânea e as antigas; no entanto novos temas começam a ser incluídos, a partir das necessidades contemporâneas, fazendo ligação entre narrativas historiográficas do passado e temas relevantes da atualidade que merecem reflexão pelos alunos. Ou seja, está ocorrendo a diversificação dos objetos e das abordagens, ao lado da integração entre o estudo da Antiguidade e da realidade brasileira contemporânea. Nesse contexto, Funari destaca duas principais inovações interpretativas que vem influenciando positivamente o ensino de História Antiga no Brasil: “a apresentação de uma Antiguidade

construída pela historiografia, antes que uma História dada, acabada”, e “o relacionamento entre a Antiguidade e o mundo contemporâneo em que vivemos” (FUNARI, 2005, p. 98, 99).

De fato, a fonte apresentada na primeira parte deste artigo, o **Kebra Nagast**, livro sagrado etíope, ainda é cultuado como livro sagrado pelos adeptos da Doutrina Rastafári, o que nos leva ao trabalho de correlacionar Antiguidade e História Contemporânea, acompanhando esse movimento de renovação da história antiga em andamento no Brasil. Infelizmente, é evidente e manifesta a quase total ausência de bibliografia sobre o Rastafarismo no Brasil, e aqui tentamos contribuir minimamente na criação dessa bibliografia. A base adquirida no trabalho de comparação entre artefatos culturais etíopes e judaico-cristãos, a saber, o **Kebra Nagast** e a Bíblia, forneceu um pouco do arcabouço necessário para a investigação que expomos a seguir, uma vez que foi necessário buscar fontes alternativas para entrar em contato com a cultura Rastafári contemporânea em nossa região. Assim como a literatura africana antiga, o universo cultural e religioso Rastafári é virtualmente desconhecido de estudantes e profissionais brasileiros, e, portanto se apresenta como um campo de estudo de imenso valor aberto à pesquisa e apreciação.

Em função da ausência de estudos acadêmicos sobre tal tema, e em sintonia com a dinâmica de nossos dias, recorreremos à Internet como manancial de conhecimento sobre o Rastafarismo. Descobrimos que praticamente não há documentos escritos (impressos) circulando entre os Rastafáris que possam ser usados como fontes de conhecimento sobre seus usos e práticas, sendo usados unicamente o **Kebra Nagast** e a Bíblia como guias de suas práticas, o que nos levou a buscar nas redes sociais, fóruns de discussão, blogues e outras páginas, meios de conhecer as práticas e costumes Rastafáris e descobrir qual o grau da influência africana antiga em seu cotidiano. Os depoimentos pessoais e entrevistas postadas na Internet podem ser usados como fontes primárias para o conhecimento da Doutrina Rastafári, único meio possível encontrado para fazê-lo até o momento, à exceção das suas manifestações culturais, notadamente a música *reggae*, que é usada entre eles como meio de divulgação de suas crenças e prática religiosa propriamente dita. Assim, as letras de músicas também podem servir como fontes sobre o Rastafarismo.

As páginas Rastafári na Internet, muitas com o claro objetivo de divulgar sua cultura, apresentam-se como uma fonte de informações prolífica, mostrando o quanto o seu culto é influenciado pela antiguidade africana, muito mais presente no Brasil de hoje do que se imagina. O culto ao passado africano e a confiança no retorno das populações negras à África é uma constante, sendo feito e incentivado um constante estudo da Etiópia antiga, sendo reiteradamente reconhecida a importância do **Kebra Nagast** para a fé Rastafári. A visita do Imperador etíope

Hailé Selassié ao Brasil, em 1960, por exemplo, é cultuada pelos Rastas brasileiros, em especial do Recife, primeira cidade que ele visitou, como uma visita do próprio deus encarnado ao nosso país (JAH no Brasil), cumprindo profecias do **Kebra Nagast**.

Faz-se necessária, antes de prosseguirmos discorrendo sobre o esse movimento, apresentarmos uma definição concisa do que seja o Rastafarismo, e buscamos a seguinte, presente na enciclopédia **Webster**:

Movimento político e religioso em expansão, originário do culto jamaicano que reverencia o imperador etíope Haile Selassie I como personalidade divina. O movimento foi influenciado por ativistas negros da década de 1930, principalmente Marcus Garvey [...]. O rastafarianismo combina elementos das religiões africanas, [...] narrativas bíblicas e cultura afro-caribenha. Seus adeptos acreditam que os negros são as tribos perdidas de Israel, que serão redimidas com o retorno à África. O movimento não tem igreja nem clero, e a prática ritual é espontânea. (WEBSTER/LARROUSSE, 1997, p 819.)

Como pode-se perceber, o Rastafarismo usa como base doutrinária uma gama de influências religiosas diferentes, mas sua matriz é africana antiga e bíblica. Ele surge na Jamaica dos anos 1930, ainda colônia britânica, com população majoritariamente negra, descendente de escravos, período em que começam a surgir apelos sérios pela descolonização da África. Líderes carismáticos, em especial Marcus Garvey, iniciam movimentos que pregam o pan-africanismo: ao mesmo tempo a independência da África das potências imperialistas e o retorno dos descendentes de escravos africanos vivendo na América para a terra dos seus ancestrais. Nesse contexto, a Etiópia passa a exercer papel central, de ícone, uma vez que é o único país africano não colonizado. São atribuídas a Garvey profecias sobre o surgimento de um rei negro na África, que anunciaria a libertação dos negros no mundo todo. Quando, em 1930, Hailé Selassié é coroado Imperador da Etiópia, muitos jamaicanos crêem que se trata do cumprimento das palavras de Garvey, sendo este o surgimento primeiro do Rastafarismo. Essa denominação provém do nome de Selassié antes da coroação, Ras (príncipe, no idioma amárico) Tafari Makonnen.

O Rastafarismo usa passagens bíblicas como modelos ou arquétipos para explicar e justificar a situação em que o mundo se encontra, em especial as populações negras. É uma doutrina profundamente sincrética, e podemos colocar as bases do sistema doutrinário Rastafári dentro do seguinte esquema: comparando-se aos Israelitas no exílio em Babilônia, segundo o registro bíblico, o Rastafarismo acredita que os negros são o povo escolhido por Deus hoje. A Babilônia, na sua acepção, é o sistema capitalista dos brancos, opressor, que nos últimos séculos vem submetendo os negros a todo tipo de humilhação. A África, às vezes representada só pela Etiópia, é a Terra Prometida, para onde todos os negros irão voltar. E o Imperador etíope, Hailé

Selassié, é a própria encarnação do messias, ou o próprio Deus encarnado, uma vez que, de acordo com o **Kebra Nagast**, ele seria descendente de Salomão com a Rainha de Sabá, e, portanto, parente consanguíneo do próprio Jesus Cristo. Tendo sido este rejeitado pelos judeus quando de sua passagem pela terra, reencarnou em Selassié trazendo libertação desta vez para o povo negro.

Os Rastafáris baseiam todas as suas crenças em documentos antigos, seja a Bíblia, seja o **Kebra Nagast**. Assim, por exemplo, argumentam que a passagem bíblica em que o patriarca Noé, recém saído com a família da Arca que os salvou do dilúvio, se embriaga e tem sua nudez vista pelo filho Cam, amaldiçoando-o em seguida a ser escravo dos irmãos (Gênesis 9, 20-27), justifica a opressão sofrida por séculos pelo povo negro nas mãos dos brancos. Assim, a escravidão negra se justifica como uma punição divina, já que de Cam descenderiam todos os negros. Segundo os Rastas, o nascimento de Selassié como destinado a ser Imperador da Etiópia simbolizaria o perdão de Deus a Cam e seus descendentes, começando nesse momento o processo de redenção dos negros em todo o mundo.

No movimento de análise da repercussão da literatura africana antiga nos movimentos culturais diaspóricos africanos, não pode ser deixada de lado a análise das letras das músicas dos principais “profetas musicais rastas”, como são chamados entre eles os grandes expoentes da música Reggae, que a partir dos anos 1960 e 1970 tornaram conhecida a cultura Rastafári em todo o mundo. O mais popular destes em nossa região é Bob Marley, cantor jamaicano, rasta fervoroso, que através de sua música divulgou a mensagem rasta em todo o mundo. É importante ressaltar que, de acordo com a doutrina rasta, esta não se trata de música comercial, e sim de algo que poderíamos comparar à música gospel popular em nosso país, ou seja, uma música de cunho e objetivo religioso. As letras das canções geralmente falam de amor (não simplesmente amor romântico: amor a deus, à natureza, ao semelhante etc) e fazem apologia às crenças rastafáris, como por exemplo o pan-africanismo. Um dos discos de Reggae mais populares de todos os tempos, de Bob Marley e sua banda, os *Wailers*, se chama *Exodus*, numa clara referência à volta dos judeus à Palestina no passado, comparando-a com o retorno dos negros à África em nossos dias.

A doutrina Rastafári está repleta de simbologias, e sua orientação ideológica é sempre acompanhada de expressões estético-artísticas correspondentes; na música, em ritmos como o *ska*, *rocksteady* e o *reggae*, o mais popular de todos; nas cores das vestimentas, com a predominância do verde, amarelo e vermelho, cores nacionais etíopes, em túnicas e calças de tecidos leves e corte amplo; nos cabelos longos, nunca cortados e trançados ou segmentados naturalmente em grossos cachos, denominados *dreadlocks*. Todos os seus usos e costumes têm justificativas claras, de cunho

bíblico. Assim, características como os hábitos alimentares Rastafáris, com a exclusão da carne de porco, o uso dos *dreadlocks*, as cores das suas vestimentas ou o uso religioso da maconha como forma de ajuda à meditação, encontram resistência na sociedade e tornam a doutrina alvo de críticas e preconceito, muitas vezes acerbo. Uma investigação séria a esse respeito ajuda a deslindar as razões de ser de cada um desses hábitos, uma vez que todos eles tem relação com tradições históricas antigas desconhecidas do grande público e mesmo de grande parte da academia. Assim, ao se constatarem e divulgarem as explicações para as práticas rastafáris, como por exemplo, relacionando o uso dos *dreads* com o voto bíblico do nazireado (Números, capítulo 6), as restrições alimentares à lei de Moisés e o uso da maconha à uma prática religiosa ancestral para a qual eles encontram justificativa numa livre interpretação da escrita bíblica (como por exemplo no Salmo 18:9), esse tipo de estudo está contribuindo diretamente para a desmistificação dessas práticas – que corresponde ao combate ao preconceito – e colaborando na construção de um estudo acadêmico, imparcial, sobre o tema.

A descoberta e utilização desses textos, seu cotejamento com bens culturais modernos, atende às determinações da Lei 10.639, a qual determina a inserção de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, promovendo “alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra” ao "estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias” (BRASIL, 2004). As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, que acompanham a publicação da Lei, estabelecem alguns dos aspectos que devem ser destacados dentro do currículo do ensino de história africana e afro-brasileira, os quais são, entre outros: “articulação entre passado, presente e futuro [...] experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro [...] História da África tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações, e “História da ancestralidade e religiosidade africana [...] civilizações e organizações políticas pré-coloniais” (BRASIL, 2004).

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BROOKS, Miguel F. [ed.]. **Uma tradução moderna de Kebra Negast (A Glória dos Reis)**. São Paulo: Edição do Autor, 2001.

- FUNARI, Pedro Paulo. A renovação da história antiga. *In*: KARNAL, Leandro [org.]. **História na Sala de Aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.
- GIORDANI, Mario Curtis. **História da África anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- JOSEFO, Flávio. **História dos judeus**. Rio de Janeiro: CAPD, 1990.
- KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África** - vol. I: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1982.
- KOBISHANOV, Y. M. Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura. In MOKHTAR, G. **História Geral da África** – vol. 2: A África antiga. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1983.
- ULLENDORFF, Edward. **Ethiopia and The Bible**. Londres: British Academy; Oxford University Press, 1968.
- VERNANT, Jean-Pierre. **O Universo, os Deuses, os Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WEBSTER/LARROUSSE. São Paulo: Folha da Manhã, 1997. v. 2.

¹ **Prof. Dr. José Maria Gomes de SOUZA NETO**, Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE), Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata (FFPNM), Departamento de História.
E-mail: zemariat@uol.com.br.

² **Marcos José de MELO**, mestrando Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-Graduação em História (PPGH).
E-mail: marcos_melo83@hotmail.com.

³ A versão árabe da lenda de Sabá, em que o nome da rainha é Balkis, pode ser encontrada no site do Centro Islâmico do Brasil, em <http://arresala.org.br/not_vis.php?op=101&data=0&cod=403>.